

PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, O "APÓSTOLO DO BRASIL"¹

PATRONO DA CADEIRA NÚMERO 1
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1 – A passagem do quarto centenário da morte do Padre José de Anchieta

O dia 9 de junho do corrente ano de 1997 foi entre nós comemorado como uma data altamente significativa, por assinalar à passagem do quarto centenário da morte de uma das maiores figuras da nossa história, o Padre José de Anchieta, tão justamente cognominado "o Apóstolo do Brasil" pelo que fez na segunda década do século XVI em benefício de tantos participantes do processo da formação histórico-cultural-religiosa do povo e da nação brasileira.

Parece-nos, todavia, que as comemorações poderiam ter merecido uma atenção muito maior de todos os brasileiros, especialmente dos dirigentes de entidades públicas e particulares que cuidam do futuro das novas gerações, a quem deveriam ser apresentados os exemplos de vida e o conhecimento da obra do grande missionário como fontes de inspiração e de fortalecimento dos seus propósitos de encontrar as soluções adequadas aos grandes problemas da atualidade, entre os quais a reconstrução da sociedade com base na doutrina evangélica do amor ao próximo e a defesa dos direitos dos grupos indígenas remanescentes em nosso país.

Com efeito, tais comemorações estiveram muito aquém do que desejávamos os que nos empenhamos em promover o permanente culto anchie-

¹ Este artigo inclui parte da comunicação intitulada "Fontes para o estudo da vida e obra do Padre José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil", apresentada em Lisboa na sessão de 25 de junho de 1983 do congresso internacional "Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento" programado pela direção da XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Um dos itens do temário do congresso era: "A Atividade Missionária no Quadro dos Descobrimentos Portugueses e no Espírito do Renascimento".

tano. De algumas só tivemos notícia bastante tempo depois de realizadas, pois os meios de comunicação não se interessaram em divulgá-las com a mesma insistência com que tratam de tantos assuntos e acontecimentos considerados prioritários, e houve ainda lamentáveis omissões de algumas autoridades e instituições no trabalho de promovê-las ou pelo menos de dar apoio efetivo e caloroso às que foram levadas a bom termo em vários pontos do território nacional.

Num momento em que avançam as pesquisas historiográficas movidas do propósito de com mais rigor e mais conhecimento de causa fazer uma reavaliação do passado, é evidente que pensamos no culto anchietano como uma reverência ao que há de exemplar na vida de Anchieta, missionário inteiramente dedicado ao seu trabalho de levar a mensagem evangélica a todos os homens, no intuito de combater os males e as distorções sempre presentes na sociedade, em decorrência das fraquezas da natureza humana. Sabendo que a vida de Anchieta e de seus companheiros foi de pleno devotamento às causas que abraçaram, sabendo dos imensos sacrifícios que suportaram, sabendo da sua dedicação ao Brasil a que se entregaram até o fim da vida, é óbvio que, por outro lado, não estamos no pressuposto de que esses abnegados apóstolos de Cristo deixaram de pagar tributo à mentalidade da época, a qual não tinham condições de avaliar plenamente com senso crítico mais aguçado como podem fazê-lo à luz dos ensinamentos modernos os espíritos mais iluminados dos dias atuais. Não falta quem aponte na ação dos jesuítas falhas e erros que teriam cometido no seu ardor missionário. Todavia, para uma exata avaliação do que se passou naquela época, é preciso antes de mais nada levar em conta uma série de dados sumamente relevantes: eram os jesuítas agentes da Contra-Reforma, na linha de Santo Inácio de Loiola, e pois comprometidos com as idéias de propagar a boa doutrina e de deter os avanços das doutrinas heréticas; estavam imbuídos, pela doutrina da salvação, do dever de converter sem demora ao Catolicismo os pagãos e os hereges, que deviam ser batizados para que pudessem alcançar a graça da vida eterna; vinham do contexto de uma concepção européia etnocêntrica, o que lhes dava a certeza de que os seus valores culturais tinham em certa medida de ser impostos aos que se convertiam à religião cristã. Tudo isto pode explicar quaisquer exageros em suas atitudes e no emprego do método pedagógico e do método de catequese de que se valeram com a mais pura das intenções. Ao contrário do que afirmam historiadores e ensaístas que dão interpretação distorcida aos fatos para que se ajustem às exigências da ideologia a que estão filiados, os missionários jesuítas não foram, por motivos inconfessáveis, cúmplices de autoridades portuguesas no trabalho de destruir as culturas indígenas e de subordinar os índios à escravidão. Os mais isentos historiadores e analistas da vida brasileira no século XVI, conhecendo em-

bora alguns aspectos menos compreensíveis (segundo o modo de ver atual) da atuação desses missionários, já têm feito perceber que isto em nada ofusca o lado luminoso e permanente da obra de construção educacional, cultural e religiosa que realizaram e que os coloca sem sombra de dúvidas entre os grandes vultos da história da humanidade. De fato, Nóbrega e Anchieta no século XVI, Antônio Vieira no século XVII, e os seus heróicos companheiros de missão, deixaram-nos exemplos os mais eloqüentes de participação na defesa da dignidade da pessoa humana e na defesa das populações indígenas contra todas as tentativas de escravização a que foram submetidas. Desmentindo a afirmação de que a obra da colonização se fez com uma presença preponderante de marginais da sociedade portuguesa, a vinda dos jesuítas e o papel que lhes foi reservado atestam que presidiu a ocupação da América Portuguesa um propósito de promover o bom entendimento entre os colonizadores e os habitantes primitivos da terra conquistada. Infelizmente, porém, a boa intenção se viu seriamente prejudicada pelo espírito aventureiro e ganancioso de uma parte dos colonizadores que, sem freios, cometeu todas as violências contra populações indígenas, no desejo de dominá-las e submetê-las aos seus caprichos e ambições. Os jesuítas – diga-se a bem da verdade – nunca deixaram de condenar e denunciar todos os desmandos que presenciaram, e por isso só merecem da nossa parte, pelo espírito de resistência e pelo inconformismo com que enfrentaram as situações de vida mais dramáticas, o profundo reconhecimento de quem os vê como participantes da tentativa de construir um mundo novo pautado pelas normas de vida cristã que incansavelmente propagaram.

No ensejo das celebrações anchietanas de 1997, quisemos aproveitar as páginas da revista *Confluência*, mais destinadas à publicação de artigos de estudos lingüísticos e filológicos, para tratar do Padre José de Anchieta, porque nos parece oportuno lembrar que nessa figura extraordinária de missionário é preciso ver também, para que tenhamos dele a plena dimensão, o iniciador da literatura brasileira e o grande precursor dos estudos lingüísticos e gramaticais no Brasil como autor da primeira gramática da língua tupi, a mais usada entre os índios que catequizou. Cremos que no tópico final deste artigo ficarão patentes as razões pelas quais em 1944 o sábio lingüista e filólogo Padre Augusto Magne, também sacerdote da Companhia de Jesus, elegeu José de Anchieta patrono da Cadeira Número 1 da Academia Brasileira de Filologia.²

2 A Academia Brasileira de Filologia foi fundada a 26 de agosto de 1944. A cadeira número 1 já teve três ocupantes: o Padre Augusto Magne; Humberto de Melo Nóbrega, eleito em 1967; e o autor do presente artigo, Maximiano de Carvalho e Silva, eleito em 1978.

2 – José de Anchieta: resumo biográfico

Para mostrar como é absurdo o desconhecimento do que devemos a Anchieta, ou pior ainda, o interesse menor ou mesmo o desinteresse pela sua figura de missionário, lembremos resumidamente os principais traços da sua vida e atuação, já fixados nos estudos biográficos que dele se fizeram desde o final do século XVI aos nossos dias.³

Como é sabido, José de Anchieta nasceu a 19 de março de 1534 em San Cristóbal de la Laguna, na ilha de Tenerife do arquipélago das Canárias. Era portanto de nacionalidade espanhola, como seus pais.

Desde cedo afeiçoado aos estudos, e conhecendo os fundamentos da língua latina, foi enviado em 1548 a Coimbra, para ser aluno do Colégio das Artes, anexo à Universidade, fundado no início daquele ano pelo rei D. João III. Aluno dos melhores de mestres notáveis, e por mais de dois anos do humanista Diogo de Teive, pôde logo expandir a sua inclinação para as Letras. Dotado de boa formação moral e intelectual, e sentindo forte vocação religiosa, ingressou a 1^o de maio de 1551, quando ainda não completara 17 anos de idade, na Ordem recém-fundada por seu parente o Padre Inácio de Loiola – a Companhia de Jesus.

Movido do ideal cristão de se consagrar ao serviço das almas e em especial à catequese dos índios do Novo Mundo, já tendo completado o curso de Noviciado, conseguiu do Superior a necessária autorização para integrar o grupo de sete jesuítas dirigidos pelo Padre Luís da Grã que a 8 de maio de 1553 embarcou em Lisboa, na comitiva do segundo Governador-Geral Dom Duarte da Costa, em direção ao Brasil. Como os outros seis heróicos companheiros de vida religiosa, José de Anchieta, o mais moço de todos, tinha graves problemas de saúde, mas era levado pela firme determinação de enfrentar as agruras do trabalho da catequese, em meio desconhecido e talvez mesmo hostil.

Chegado a 13 de julho a Salvador, na Bahia, uma pequena vila com apenas quatro anos de existência, onde estava instalado o governo-geral da colônia, dedicou-se sem perda de tempo às tarefas que lhe foram confiadas. Já em dezembro se encontrava na vila de São Vicente, litoral do futuro Esta-

3 As mais antigas biografias de Anchieta são as dos padres jesuítas Quirício Caxa (cujo manuscrito original data de 1598), Pero Rodrigues (relato escrito de 1605 a 1609) e Simão de Vasconcelos (cuja primeira edição é de 1672). Para elaborar este resumo, valemo-nos de duas das principais biografias entre as mais recentes: a do P^o Hélio Abranches Viotti, S. J., *Anchieta, o Apóstolo do Brasil* (São Paulo, Edições Loyola, 1966) e a do P^o Armando Cardoso, S. J., *O Bem-Aventurado Anchieta* (São Paulo, Edições Loyola, 1991).

do de São Paulo, para sob as ordens diretas do Provincial dos jesuítas, o extraordinário Padre Manuel da Nóbrega, participar de muitos empreendimentos notáveis, como a fundação a 25 de janeiro de 1554 do Colégio que seria o ponto inicial da vila de São Paulo de Piratininga.

Foi aí, em São Paulo e em São Vicente, nos colégios organizados para a ação catequética, que Anchieta, a partir dos 19 anos, passou a desenvolver em plenitude, por mais de dez anos, os ingentes trabalhos de missionário e de professor de catecismo, de primeiras letras e de latim (dedicados aos colonizadores portugueses, aos mamelucos e aos índios), e de estudioso das línguas e culturas indígenas, atividades de grande vulto e muitas conseqüências na história da educação e da cultura brasileira.

Em sua simplicidade, projetava-se onde estivesse entre os companheiros com quem empreendia um trabalho solidário sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega. Logo evidenciou-se aos olhos de todos que Anchieta era "dotado de notável talento, invejável memória, grande energia de vontade, único que possuía formação humanística" e "já timbrado pela santidade" ⁴, a par da vocação literária, que pôs a serviço dos seus ideais de vida cristã.

A partir de então, convocado para o desempenho de diferentes missões, acentuou-se cada vez mais a ação missionária desse verdadeiro Apóstolo, sempre levado a lugares distantes para dar conta de tarefas muito árduas e até arriscadas. Ao chegar ao fim da vida, havia percorrido, em múltiplas e tantas vezes penosas viagens, com certa freqüência de canoa, o litoral brasileiro, de Pernambuco até São Paulo comprovadamente.

Entre os fatos da sua vida mais notáveis, alguns devem ser mencionados com realce neste resumo, pela sua significação especial.

Em 1556 (tinha então 22 anos de idade), já dominando a língua indígena mais usada – à qual, com o tempo, se passou a dar o nome de tupi antigo – compôs a primeira versão da gramática dessa língua, que daí por diante seria objeto de várias cópias para serem utilizadas nas missões. Só muitos anos mais tarde, contudo, esse texto, certamente aprimorado, passou a circular na edição impressa em 1595 na mesma Coimbra em que Anchieta fizera os seus estudos mais avançados.

Em 1563, num momento de grave crise nas relações entre os colonizadores portugueses e os índios tamoios, dispôs-se a acompanhar o Padre Ma-

4 Hélio Abranches Viotti, op. cit., p. 58.

nuel da Nóbrega para um encontro com os índios em Iperuí (Iperoig, na região da atual Ubatuba), e lá ficou algum tempo voluntariamente como refém enquanto retornava Nóbrega a São Vicente no propósito de alcançar as condições para a pacificação desejada. Foi nas areias duras da praia de Iperuí – segundo reza a tradição – que Anchieta rascunhou versos de um poema em latim em louvor a Nossa Senhora, poema que completaria no ano seguinte, já liberto, em São Vicente, com o título *De Beata Virgine Dei Matre Maria*.

Em 1565, Nóbrega determinou que Anchieta fosse auxiliar Estácio de Sá, sobrinho do Governador-Geral Mem de Sá, na luta contra os invasores franceses instalados na baía do Rio de Janeiro, os quais haviam conseguido a aliança dos tamoios. Foi assim que Anchieta teve oportunidade de participar da fundação de uma nova aldeia, início da atual cidade do Rio de Janeiro, a que retornaria dois anos depois, para consolidar a sua fundação em meio aos combates das tropas portuguesas chefiadas por Mem de Sá contra os franceses e seus aliados tamoios.

Só em 1566, numa ida a Salvador, Anchieta pode ordenar-se sacerdote, tendo sido ordenante o segundo Bispo do Brasil, D. Pedro Leitão, seu contemporâneo nos tempos de estudos em Coimbra.

No ano trágico de 1570, com a morte do Padre Manuel da Nóbrega, e logo em seguida com a dos 39 missionários chefiados pelo que deveria ser o novo Provincial do Brasil, o Padre Inácio de Azevedo, barbaramente assassinados por piratas franceses em pleno mar, deve ter percebido Anchieta que apesar das suas relutâncias teria um dia de ocupar esse cargo para o qual não se julgava devidamente habilitado. Os anos se passaram, e afinal chegou a sua vez: e foi desse modo que de 1577 a 1588 lhe coube exercer por determinação dos superiores o cargo de Provincial dos jesuítas no Brasil, missão que cumpriu custosamente, tal era o seu estado de saúde. Nesse período de mais de dez anos, com a humildade, a brandura e ao mesmo tempo a firmeza que o caracterizavam, entregou-se sem esmorecimento às suas funções, encontrando prodigiosamente tempo para se dedicar a múltiplas e diversas atividades, e coragem para em muitas viagens visitar toda a Província confiada aos seus cuidados. Ajudou inclusive a fundar ou reorganizar outras aldeias, como as de Reritiba, Guarapari e dos Reis Magos, no Espírito Santo, as de São Lourenço (núcleo inicial da cidade de Niterói) e de São Barnabé, no atual Estado do Rio de Janeiro, e as de Barueri e Guarulhos (São Paulo).

Afastado em 1588 do cargo de Provincial, por grave motivo de saúde, continuou a trabalhar para que se desenvolvessem as escolas existentes e ainda se criassem muitas outras, para que melhor funcionassem as aldeias indígenas, e para que se instituissem hospitais, a que não se negou a prestar

serviços com os seus conhecimentos dos poucos recursos da medicina e da enfermagem daquela época.

Ao morrer, na vila de Reritiba (hoje cidade de Anchieta) no Espírito Santo, a 9 de junho de 1597, aos 64 anos de idade (mais de 14 vividos em Tenerife, na Espanha, 5 em Coimbra, e mais de 44 em terras brasileiras), José de Anchieta deixava valioso legado à posteridade: o legado espiritual dos mais belos exemplos de devotamento à causa da valorização da criatura humana, de modo especial à causa da defesa dos índios a que tanto se afeiçoou; e o legado intelectual – também reflexo da sua alma – de numerosos escritos que lhe conferem lugar de primazia na literatura brasileira. Esses escritos, de que falaremos mais adiante, os de carácter estritamente literário, os estudos lingüísticos e a correspondência que é repositório de ensinamentos históricos, religiosos, etnográficos, imprescindível ao conhecimento da vida e costumes daquela época e dos propósitos da ação missionária, chamam a atenção pelo volume mas sobretudo pela qualidade do que conseguiu fazer, como as poesias e peças de teatro em que se valeu do domínio de quatro línguas: português, espanhol, latim e tupi.

3 – As atividades pioneiras de José de Anchieta

Pode-se dizer, sem sombra de exagero, que as virtudes singulares do Padre José de Anchieta e o que realizou em mais de quarenta anos de vida no Brasil impressionaram vivamente todos os que com ele conviveram, e continuam a impressionar ao longo do tempo os que se dispuseram a conhecer os dados da sua biografia. Nas páginas seguintes, transcrevemos depoimentos de ilustres estudiosos da nossa vida cultural que atestam o conceito que Anchieta alcançou entre os seus contemporâneos e na posteridade.

Da biografia de Anchieta se conclui que foram aspectos especialmente relevantes da sua atuação no Brasil:

a ação missionária, pedagógica e diplomática que desenvolveu, entre os colonos portugueses, os mamelucos e os índios, como agente da evangelização e da catequese;

a notável participação em acontecimentos históricos, entre os quais a fundação das vilas de São Paulo de Piratininga e do Rio de Janeiro;

o empenho de transmitir aos seus superiores, em escritos e cartas numerosos, todas as preciosas observações que teve oportunidade de fazer sobre pessoas, fatos e costumes daquele época;

a atuação como enfermeiro, a proporcionar recursos da incipiente medicina do século XVI aos que a ele recorriam (como na Santa Casa do Rio de Janeiro, de que foi um dos fundadores);

a dedicação ao estudo das línguas indígenas para que pudessem os missionários melhor comunicar-se com os aborígenes em seu trabalho apostólico;

a produção com que atendeu a uma outra vocação – a vocação literária, em quatro línguas, inclusive o latim, de cujo perfeito domínio deu provas nos longos poemas que escreveu em circunstâncias tão dramáticas;

as iniciativas de espetáculos teatrais reunindo colonos e índios, para a representação de peças de caráter religioso e finalidade catequética, redigidas em português, espanhol, latim e língua tupi.

Pouco depois de morto o Padre José de Anchieta, um seu contemporâneo, o Padre Quirício Caxa, por designação do Provincial Padre Pero Roiz, se incumbiu de fazer a biografia daquele que todos consideravam um exemplo de santidade. Essa biografia de Quirício Caxa é um depoimento "isento de invencionices e atribuições contestáveis que aparecem em biografias posteriores do venerável jesuíta", um depoimento "isento das fantasias forjadas posteriormente, talvez com boa intenção panegírica, mas, inegavelmente, absurdas e sem nenhum fundamento histórico" – opina o escritor Joaquim Ribeiro⁵. A este parecer, que tem o mérito de acautelar-nos contra as fantasias biográficas relativas a Anchieta, deve-se acrescentar no entanto que o ensaio de Quirício Caxa, preparado em tão pouco tempo, omite outros dados que se comprovam historicamente, não devendo pois ser tido na conta de um documento biográfico completo, que tenha esgotado as fontes disponíveis. Mas o certo é que esse companheiro de Anchieta, em nome dos demais, não deixa dúvida quanto ao conceito em que era tido o Apóstolo do Brasil: "Se é verdade que todas as virtudes andam juntas como boas irmãs, certo é que o Padre José as teve todas, e em muita perfeição".⁶

Com o passar dos anos, os historiadores que se detiveram na análise da ação de Anchieta vieram acrescentar outras conclusões em apoio ao reconhecimento de uma presença de fundamental significado no trabalho da colonização do Brasil. Os numerosos depoimentos e estudos publicados até o momento nos dispensariam de outras reafirmações, se este artigo não se destinasse também a leitores não suficientemente informados a esse respeito, e sobretudo se não tivesse havido nas últimas décadas a divulgação por escrito, até mesmo por iniciativa de pessoas ligadas à Igreja Católica, e no exercício docente de História do Brasil, de uma série de levianas e apressadas

5 Cf. p. 13 do prefácio da edição da *Vida e Morte do Padre José de Anchieta*, com introdução e aparato crítico de Joaquim Ribeiro, publicada em 1965 (?) pela Prefeitura do Distrito Federal.

6 Quirício Caxa, ed. cit., p. 71.

avaliações do processo da colonização e do papel que nele tiveram os jesuítas. O exemplo mais absurdo que conhecemos desses despautérios está nos livros *História dos Povos Indígenas: 500 Anos de Luta no Brasil* e *Confederação dos Tamoios – a União que Nasceu do Sofrimento*, lançados em 1982 pela editora Vozes, de Petrópolis, e estranhamente sob o patrocínio do Conselho Indigenista Missionário: todavia, não nos daríamos ao trabalho de mencioná-los e comentar em nota o que dizem de Anchieta, se não se tratasse de edições sob o patrocínio do CIMI, ainda à venda nas nossas livrarias, num grave desrespeito à memória por tantos títulos gloriosa de Anchieta.⁷

Para que não se diga que o coro de louvores à obra anchietana parte tão somente de estudiosos de formação católica, mencione-se o pronunciamento de um agnóstico, o historiador Capistrano de Abreu, apontado como o grande renovador dos métodos de investigação histórica no Brasil. Já no fim da vida, por exemplo, num artigo de 9 de julho de 1927 intitulado "A

7 Os três co-autores dos referidos livros, Eunice Dias de Paula, Luiz Gouvea de Paula e Elizabeth Amarante, que residem ou residiram em aldeias indígenas como professores de alfabetização, sentiram a certa altura a necessidade de tentar fixar "a luta dos índios na história do Brasil (a passada e a atual) a partir da ótica das lideranças indígenas expressas principalmente nas assembleias de chefes" (cf. *HPI*, p. 8); e embora tivessem um campo de observação restrito a poucas tribos, e mencionem como bibliografia compulsada apenas escassas e insuficientes fontes bibliográficas, passam a atribuir aos índios, em relato que procura reatar a fala popular em língua portuguesa, as mais contundentes afirmações sobre o processo da colonização e a participação dos missionários, tendo em vista, como dizem, "uma reflexão sobre a realidade global da nossa sociedade, seus mecanismos de opressão e suas perspectivas de libertação" (ib., p. 9). Segundo esse relato, os portugueses que aportaram a terras do Novo Mundo, desde Pedro Álvares Cabral, não tinham outro propósito senão apossar-se das terras em nome do Rei de Portugal, com a finalidade de pilhar as riquezas encontradas, pondo a seu serviço por meios violentos e cruéis, como escravos, os primitivos habitantes da terra invadida. Como, porém, os índios resistiam à dominação, vieram com os colonizadores os padres missionários, para amansá-los e agrupá-los em aldeamentos, onde as escolas tinham a função de prepará-los para a mais absoluta submissão aos brancos dominadores. O trabalho da catequese reduz-se, portanto, na ótica dos chefes das tribos consultadas, que na verdade é a ótica dos autores dos livros, a uma violência inominável, cometida ou por incrível ingenuidade dos padres, ou por subserviência às determinações das autoridades portuguesas. Dessa violência, a que resistiram heroicamente as vítimas, resultou, na estimativa dos três autores dos livros, que dos cinco milhões de índios aqui existentes no século XVI só restam hoje cerca de 220 mil em todo o território brasileiro (ib., p. 141). Trata-se, como se pode facilmente perceber, de uma estimativa inteiramente falsa: basta dizer que, se hoje não sabem ao certo os indigenistas o número exato dos índios remanescentes, apesar de estar o nosso território vasculhado de extremo a extremo, como é possível afirmar-se que eram cinco milhões no início da colonização? Em relação a Anchieta, o que se lê de mais grave nesse relato está nas páginas 80-81 do volume sobre a Confederação dos Tamoios, onde há um desenho que representa o índio Tibiriça ajoelhado diante de Anchieta, e o texto é o que aqui se reproduz para que não pare nenhuma dúvida sobre as nossas afirmações: "Tibiriça foi conversar com o Padre Anchieta. / Foi contar tudo para o Padre Anchieta. / Contou a conversa com Jagoanhara. / Contou a combinação de fazer guerra. / A combinação dos tamoios se unirem para fazer guerra. / Tibiriça falou que era segredo. / Só ele e Padre Anchieta podiam saber. / O Padre Anchieta escutou. / Escutou a conversa toda de Tibiriça. / Só que, depois, o Padre Anchieta não guardou segredo. / Ele mandou recado para o governador Mem de Sá. / Mandou recado para Mem de Sá mandar soldados, para Mem de Sá mandar navios. / Ele avisou que os tamoios todos iam chegar" (p. 80-81).

Obra de Anchieta no Brasil", chegou mesmo a acolher como verdade o que a tradição repetia dos milagres do Apóstolo:

A fama de taumaturgo que já tinha em vida, acompanhou-o ao túmulo; desde logo começaram a ser notados e autenticados seus milagres.⁸

Lembra o professor e historiador Américo Jacobina Lacombe que, ao contrário do que já foi afirmado tão falsamente, nos lúcidos ensaios de Capistrano de Abreu e também na sua correspondência, "não há senão referências respeitosas às obras e escritos do Apóstolo do Brasil".⁹

Também é expressivo o que disse outro ilustre historiador, não identificado com Anchieta na mesma crença religiosa – João Ribeiro, em sua *História do Brasil*, no capítulo intitulado "O Elemento Moral. Os Jesuítas. Anchieta":

O elemento moral dessa sociedade que florescia pela decomposição das raças foi a Companhia de Jesus.

Ao tratar em destaque da figura de Anchieta, assinalou:

Das suas habilidades a imaginação dos coevos engenhou a reputação de *taumaturgo*, merecida pelos verdadeiros milagres que realizava.¹⁰

Ressalve-se que nos depoimentos supracitados de Capistrano de Abreu e de João Ribeiro, ainda que se tome a palavra "milagre" no sentido de "sucesso que, pela sua raridade, causa admiração", mas não vinculado à idéia da intervenção de Deus como vê a doutrina católica, é inegável o reconhecimento de que na vida e obra de Anchieta há um tecido de feitos incomuns que as singulariza notavelmente.

Neste ponto, é imperioso mencionar o que significou, em apoio ao culto anchietano no Brasil, mantido por devotados pesquisadores a que faremos referência mais adiante, a presença em nosso país de Sua Santidade o Papa João Paulo II, de 30 de junho a 11 de julho de 1980, pouco depois de se ter concluído a 22 de junho o processo da beatificação do Padre Anchieta. Em diversas homilias, pondo-se ele mesmo na condição de missionário, exaltou Sua Santidade o valor da catequese, a obrigação dos que voluntariamente se puseram a serviço da Igreja de propagar os valores eternos da men-

8 Cf. Capistrano de Abreu, *Ensaios e Estudos*, 2ª série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1932, p. 350.

9 Recomendamos vivamente a leitura do livro de Américo Jacobina Lacombe em que ele comenta e desfaz uma série de falsas afirmações sobre a nossa história, e em cujas páginas 43-47, tratando do "mito" de Anchieta e Vieira, escreveu as palavras acima reproduzidas: *A Obra Histórica do Padre Hoornaert*, Rio de Janeiro, Agir Editora, 1983.

10 Cf. João Ribeiro, *História do Brasil* - Curso Superior, 12ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, p. 112 e 115.

sagem cristã e de levar todos os homens à prática dos ensinamentos evangélicos; e, como que respondendo aos detratores da ação missionária, não deixou de tratar de fatos históricos que, como vimos, querem alguns apresentar em versão distorcida e tendenciosa, que só sabe ressaltar os aspectos negativos em todo processo de colonização, onde se misturam, como já se disse com toda a razão, as demonstrações de grandeza e as demonstrações de miséria, como em tudo o que é do homem.¹¹

Vale a pena transcrever alguns trechos desses pronunciamentos de João Paulo II. No discurso proferido em Brasília a 30 de junho, teve ocasião de dizer:

Alegra-me que uma série de acontecimentos sirvam de moldura a esta visita: convosco me rejubilo pela glória dos altares conferida a um pioneiro da evangelização de vossa gente, o Beato José de Anchieta

Em homília durante a missa celebrada no mesmo dia na capital da República, referiu-se aos primeiros evangelizadores como uma "constelação de apóstolos, na qual refulge o Beato José de Anchieta".

Em São Paulo, a 3 de julho, celebrou o Papa uma missa dedicada à "fascinante figura" do Bem-Aventurado José de Anchieta, e a todos impressionou pela compreensão revelada a respeito da relevante participação do Apóstolo do Brasil no processo de colonização empreendido pelos portugueses. A certa altura indagou: "Terá vindo o Padre Anchieta como um soldado em busca de glória, um conquistador em busca de terras, ou um comerciante em busca de bons negócios e dinheiro?" – para logo em seguida responder ele mesmo, associando a sua viagem à do Apóstolo:

Não! Veio como missionário, para anunciar Jesus Cristo, para difundir o Evangelho. Veio com o único objetivo de conduzir os homens a Cristo, transmitindo-lhes a vida de filhos de Deus, destinados à vida eterna. Veio sem exigir nada para si; pelo contrário disposto a dar a sua vida por eles. Pois bem, também eu venho a vós impelido pelo mesmo motivo, impulsionado por igual amor: venho a vós como humilde mensageiro de Cristo.

A 7 de julho, na homília da missa em Salvador, referindo-se à América Latina como o espaço histórico em que se deu o encontro de três universos culturais – o indígena, o branco e o africano – assim ressaltou o papel dos missionários:

11 No seu livro *Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira* (Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1974), tratando da situação e destino de Portugal, e portanto da sua expansão pelo mundo na empresa colonizadora das terras do Novo Mundo, diz o professor e ensaísta Gladstone Chaves de Melo: "A obra foi feita com miséria e com grandeza, porque só esta constrói e fica. E o que ficou aí está: é 'o mundo que o português criou', de que somos concidadãos, mundo feito de transportes e de intercâmbios culturais, feito de adaptação aos trópicos, de mescla de etnias, de cruzamentos raciais, de incorporação e permuta de elementos europeus, americanos, africanos e asiáticos" (p. 91).

O certo é que os Apóstolos, como o Padre José de Anchieta, que tive a alegria de incluir no catálogo dos Beatos da Igreja, no passado dia 22 de junho, colocaram-se decididamente ao lado das populações indígenas, aprendendo-lhes a língua, assimilando-lhes os gostos, adaptando-se à sua mentalidade, defendendo-lhes a vida, e, simultaneamente, anunciando-lhes a verdade salvífica de Jesus Cristo, convertendo-os para o Evangelho, batizando-os e integrando-os na Igreja.

Finalmente, na passagem por Manaus, a 11 de julho, dirigindo-se de modo especial aos missionários de hoje e aos representantes das comunidades indígenas, afirmou João Paulo II:

A Igreja procura dedicar-se hoje aos índios como se dedicou, desde a descoberta do Brasil, aos seus antepassados. O Bem-Aventurado José de Anchieta, nesse sentido, é um pioneiro e de certo modo um modelo de gerações e gerações de missionários – Jesuítas, Salesianos, Franciscanos, Dominicanos, Capuchinhos, Missionários do Espírito Santo ou do Precioso Sangue, Beneditinos e outros tantos. Com meritória constância, eles procuraram comunicar-lhes, aos índios, o Evangelho, e prestar-lhes toda ajuda possível em vista de sua promoção humana.

E disse mais, para concluir:

Uma palavra ainda: uma comovida homenagem aos milhares de missionários que desde os anos da descoberta até hoje labutaram em toda a extensão do Brasil Quantos vieram de suas pátrias na Europa para nunca mais voltar, quantos esgotaram rapidamente suas jovens energias, consumidas pela fadiga ou pelas doenças, quantos encontraram a morte tragados pelas águas ou dormem o último sono em qualquer túmulo sem nome em um pedaço da imensa floresta? Eu me ajoelho diante de cada uma dessas sepulturas e mais ainda diante de cada uma dessas figuras de missionários, homens como nós, com defeitos e fraquezas, engrandecidos porém pelo testemunho do dom pleno de si mesmos às missões.

São vossos precursores: não cedais nunca à fácil tentação de pensar que a missão começa convosco, mas apoiái-vos sobre o muito que vos deixaram estes vossos irmãos. Sejam também, muitos deles que hoje contemplam a Face de Deus, vossos intercessores.

Entre eles, alguns receberam a glória dos altares como os **Mártires do Rio Grande** e, há dias, o Beato José de Anchieta, a quem vai nossa veneração. Outros, escondidos aos olhos dos homens encontram, na luz do Cristo ressuscitado, o prêmio de seus sacrifícios.¹²

12 Cf. *Ensinamentos de João Paulo II - Homilias e Discursos Durante a Visita ao Brasil*, publicação do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, com apresentação do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Rio de Janeiro, 1980, p. 8, 14, 69, 70, 158, 216, 217, 220.

Essas palavras do Papa, representando o magistério da Igreja, tiveram portanto o grande mérito de ressaltar a necessidade de estudos mais acurados, extensos e profundos sobre a ação catequética: com efeito, só uma nítida e verdadeira visão histórico-cultural na formação dos que se interessam por tais estudos poderá livrá-los dos descaminhos e das conclusões apressadas, tão destoantes dos propósitos de fidelidade à verdade histórica com que se compromete cada pesquisador.

4 – O iniciador da literatura brasileira

Várias concepções equivocadas já levaram a excluir o nome do Padre José de Anchieta do quadro dos autores mais significativos da literatura brasileira – da literatura no seu sentido restrito de arte da palavra. Lembre-se, por exemplo, que Anchieta não foi escolhido como Patrono de nenhuma das 40 Cadeiras do quadro de membros efetivos da Academia Brasileira de Letras, e não figura também como Patrono de nenhuma das 20 Cadeiras do quadro de membros correspondentes. Todavia, entre esses Patronos vamos encontrar vários nomes de muito menos expressão, escolhidos ao sabor das circunstâncias.

Entre os citados equívocos, o de que tudo o que se escreveu no Brasil do século XVI ou não é literatura propriamente dita, e ainda por cima de autoria de estrangeiros, ou é literatura de qualidade inferior, produzida com finalidades próprias, como as de dar notícias do que se passava na terra conquistada, ou de servir ao trabalho da catequese religiosa.

Para que se tenha idéia de como o preconceito se instalara até mesmo entre os nossos primeiros grandes críticos literários, leia-se por exemplo o que escreveu José Veríssimo no capítulo "Primeiras Manifestações Literárias" da sua *História da Literatura Brasileira*, que tem curiosamente o subtítulo "De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)". Para José Veríssimo, a nossa literatura como arte da palavra começa no século XVII; Anchieta, por quem manifesta grande estima e simpatia, produziu peças teatrais "sem intuítos nem qualidades literárias" e "sem unidade de estilo ou sequer de língua, pois as escrevia, consoante o interesse do momento, em português, latim ou castelhano e ainda em tupi e até misturava estes idiomas"; o fato de terem sido escritos em latim os seus poemas dedicados a exaltar os feitos de Mem de Sá e a Virgem Maria exclui tais peças da nossa literatura. E conclui com estas espantosas palavras:

Quanto às suas composições poéticas, essas apenas lhe autorizam a menção do nome, por outros e melhores títulos glorioso, entre os nossos primitivos

versejadores. São tanto literatura como os diversos catecismos bilingües escritos no período colonial.¹³

À posição, hoje absolutamente insustentável, de José Veríssimo e outros, se contrapõe a de notáveis estudiosos da literatura brasileira que tiveram a exata compreensão do lugar devido a José de Anchieta como iniciador da nossa literatura. Assim, por exemplo, Sílvio Romero, na sua *História da Literatura Brasileira*, ao tratar dos poetas e cronistas do primeiro século do que denomina período de formação (1500-1750), fala especialmente de Anchieta nas páginas 118-130 do primeiro tomo, e observa:

O mais antigo vulto de nossa história intelectual é o Padre José de Anchieta. A crítica mesquinha, que tem presidido à organização de nossas crônicas literárias, o tem excluído do seu quadro.

Depois de minuciosas referências à vida e obra de Anchieta, continua:

Durante quase meio século o ilustre Apóstolo do Novo Mundo foi o grande instrutor das populações brasileiras nos primeiros tempos da conquista. Só por este fato, tinha direito de figurar na história literária do país, ainda que não houvesse escrito uma só palavra.

Se se considerar, porém, que os primeiros autos e mistérios representados nesta parte da América são devidos à sua pena; que ele escreveu poesias e outros trabalhos, ainda mais firme se o tem [sic] de colocar em seu lugar.¹⁴

Numa nota de pé de página, esclarece Sílvio Romero, depois de sua lúcida exaltação dos feitos e dos méritos de Anchieta:

Como se vê, a idéia capital deste capítulo é a designação de um lugar para José de Anchieta em nossa história literária.

O pensamento de Sílvio Romero contribuiu, sem dúvida, para uma revisão do conceito de literatura brasileira, e para a valorização de Anchieta como escritor, como se nota pela leitura da seguinte observação de Ronald de Carvalho, logo na primeira edição da sua memorável *Pequena História da Literatura Brasileira*:

Como acentua Sílvio Romero, não assiste aos que o têm excluído da nossa literatura a menor razão. Ele é realmente "o mais antigo vulto da nossa história intelectual".¹⁵

13 Cf. José Veríssimo, op. cit., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916, p. 47.

14 Cf. Sílvio Romero, op. cit., 2ª edição melhorada, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902, tomo I, p. 118, 127, 128.

15 Cf. Ronald de Carvalho, op. cit., Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1919, p. 62.

Os mais conceituados críticos literários brasileiros já reconheceram a inegável importância dos escritos anchietanos, muitos dos quais são ainda documentos imprescindíveis aos estudos históricos, como retratos fiéis do ambiente e dos costumes da época.¹⁶ Sintetizam muito bem o que se pode considerar avaliação crítica definitiva as seguintes palavras do verbete sobre José de Anchieta da *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, dirigida por Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa :

Anchieta foi o primeiro em terras brasílicas a produzir literatura para os locais. A essa prioridade cronológica, acrescenta-se o fato muito mais importante de que Anchieta é o verdadeiro iniciador da literatura brasileira como expressão de uma nova gente situada em novo contexto social, histórico e geográfico, e também de um estado de alma já diferenciado do de Portugal. Se estudarmos com espírito analítico a obra literária de Anchieta verificaremos que ela representa realmente uma ideologia e um estilo em franco desacordo com os que predominavam ao tempo em Portugal, iniciando assim a marcha da consciência literária brasileira para a criação de um caráter e uma fisionomia autônomos.¹⁷

Como parte da literatura brasileira deve-se incluir, é claro, todos os textos que Anchieta redigiu em língua portuguesa, mas também os textos em tupi, em espanhol e em latim, para leitores mais numerosos ou mais raros, a quem desejava transmitir as suas mensagens de missionário. Com efeito, a idéia de "literatura brasileira" não está vinculada à de textos exclusivamente em língua portuguesa, pois se assim fosse não teríamos como considerar parte do nosso patrimônio literário o que escritores nossos – como por exemplo Joaquim Nabuco, Alphonsus de Guimaraens, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira e tantos mais – escreveram em outras línguas. Particularmente notável, no caso de Anchieta, é a questão dos seus dois poemas em latim: o poema épico dedicado aos feitos de Mem de Sá – *De Gestis Mendi de Saa*, e o dedicado a Nossa Senhora - *De Beata Virgine Dei Matre Maria*. Sobre a autoria anchietana do primeiro pairavam dúvidas, que uma crítica mais atenta e fundamentada desfez. Ambos têm tido reedições nos nossos dias, com prefácios ou notas prévias que põem em realce os seus grandes méritos. Deve-se ao professor Américo da Costa Ramalho, quando exercia as funções

16 Graças à fidelidade à memória de Anchieta, aos ingentes esforços e à competência do benemérito Padre Armando Cardoso, S. J., toda a obra anchietana está ao alcance dos pesquisadores, em onze volumes, na coleção das obras completas lançadas pelas Edições Loyola, em São Paulo: 1 - *De Gestis Mendi de Saa*; 2 - *Poemas Eucarísticos*; 3 - *Teatro de Anchieta*; 4 - *Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus*; 5 - *Lírica Portuguesa e Tupi, Lírica Espanhola*; 6 - *Cartas: Correspondência Ativa e Passiva*; 7 - *Sermões de Anchieta*; 8 - *Diálogo da Fé*; 9 - *Textos Históricos*; 10 - *Doutrina Cristã*; 11 - *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*.

17 Rio de Janeiro, MEC - Fundação de Assistência ao Estudante, 1990, vol. I, p. 216.

de Catedrático da Universidade de Coimbra, a iniciativa de promover uma análise mais profunda dos temas desses poemas e do latim de Anchieta, que lhe permitiram reconhecer o valor literário dos mesmos e apontar o domínio da língua e a "facilidade no verso latino", bem como o "requisite estilístico do exímio latinista que era José de Anchieta".¹⁸

Referindo-se ao teatro de Anchieta como parte principal entre as primeiras manifestações cênicas no Brasil, o crítico Sábato Magaldi afirmou:

Os vários autos, desiguais na forma e no resultado cênico, parecem uma aplicada composição didática de quem tinha um dever superior a cumprir: levar a fé e os mandamentos religiosos à audiência, num veículo ameno e agradável, diferente da prédica seca dos sermões. Acresce que os índios eram sensíveis à música e à dança, e a mistura das várias artes atuava sobre o espectador com vigoroso impacto. A missão catequética dos autos se cumpria assim facilmente.

Mas não se deve reduzir a importância teatral da contribuição de Anchieta. As limitações de seus autos, obras de circunstância, são menos oriundas de deficiências próprias do que do primarismo quase genérico da literatura medieval.¹⁹

Das peças teatrais anchietanas existem várias edições e estudos que ajudam a entendê-las como parte do patrimônio cultural brasileiro.²⁰ Recomenda-se aos interessados, por exemplo, a leitura do valioso estudo do Padre A. Lemos Barbosa sobre a peça que ficou conhecida como o *Auto de São Lourenço*²¹, redigida em três línguas (tupi, espanhol e português) e representada a 10 de agosto de 1587 junto à igreja de São Lourenço, em Niterói, "perante a platéia mais heterogênea que já se reuniu para um teatro: a colônia, na variedade das suas classes sociais, e a indiada, na maioria temiminós do Espírito Santo, gente de Araribóia, mas também tupis de São Vicente e de Piratininga, além de tamoios, remanescentes das tragédias do Rio de Janeiro e do Cabo Frio". Tratando de uma questão em controvérsia, firmou Lemos Barbosa o ponto de vista de que a variante da peça levada à cena na data citada "não é a primitiva, mas sim resultado de arranjos, em que podem ter

18 Cf. Américo da Costa Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal*, I, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 163-171 (cap. "O Inferno no *De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta"), 176-180 ("Anchieta em Coimbra").

19 Cf. *Panorama do Teatro Brasileiro*, Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro, 2ª edição, s/d (1975?), p. 16 e 24.

20 Além do volume 3 - *Teatro de Anchieta* - da coleção das Obras Completas, citamos apenas, pela riqueza dos comentários, a edição de *O Auto da Ingratidão* preparada por Edith Pimentel Pinto (São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978).

21 Cf. *O Auto de São Lourenço - Uma Peça Teatral de Anchieta em Tupi, Castelhana e Português*, separata da revista *Verbum*, tomo VII, fasc. 2, Rio de Janeiro, Universidade Católica, 1950, p. 201-247.

tomado parte outras mãos além das de José de Anchieta", o qual, admitindo-se a hipótese, é ainda assim, no seu entender, por fundadas razões o autor principal. Nas considerações seguintes, Lemos Barbosa se refere às "interessantes ilustrações" aos estudos etnológicos no *Auto de São Lourenço*, e acrescenta:

Nele se espelham as principais vicissitudes do Brasil quinhentista: lutas com os franceses, lutas entre os missionários e os colonos, entre os índios e os brancos, lutas de tribos, êxitos e reveses da catequese, a eterna diferença com o castelhano, entradas de caça ao índio, o tráfico do índio pelo próprio índio, etc., etc.

Como diz Lemos Barbosa, o *Auto* como obra literária "tem seus defeitos", faltando-lhe acima de tudo "unidade de conjunto", mas o seu valor está precisamente "nos pormenores, nas cenas colecionadas, essas sim, com gosto", que o assemelham "a uma espécie de teatro revista indígena"; concretiza com certa felicidade aquele Indianismo que "séculos mais tarde a escola romântica tentaria, criando porém um índio falsificado e irreal". E conclui:

Na história de nossa literatura, ele é como a recordação de um sonho, o lindo sonho que embalou os missionários ao aportarem a esta terra: o de uma nova cristandade, um povo que, convertido ao Evangelho, iria adorar a Cristo em uma nova língua neste mundo novo.

Sobre a importância das cartas de Anchieta muito poderíamos falar, se não tivéssemos um limite para este artigo. Por ora, basta lembrar que o poeta e ensaísta português Vitorino Nemésio, com a sua acuidade crítica e rara percepção literária, teve ensejo de dizer:

Só esse epistolário, de que algumas espécies são verdadeiros pequenos tratados etnográficos, naturalísticos e morais, o levanta como um dos primeiros grandes prosadores que revelaram o Brasil e os segredos da mentalidade primitiva e silvícola.²²

Em conclusão: o Padre José de Anchieta, dotado de forte vocação literária, como bem perceberam alguns dos seus superiores, como o Padre Manuel da Nóbrega, deixou-nos um conjunto de escritos de boa qualidade, o que tem sido reconhecida em muitos pronunciamentos respeitáveis e inquestionáveis. Há inegavelmente uma certa irregularidade e desnível em tais escritos produzidos ao sabor das circunstâncias e em razão da sua vida de catequista, pois não teve ensejo e nem viveu em ambiente que lhe permitisse aprimorá-los, e eram marcados pela preocupação de divulgar as suas verda-

22 Cf. verbete sobre Anchieta no *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto do Prado Coelho, Antônio Soares Amora e Ernesto Guerra Da Cal, 2ª edição, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Publicações, 1969, p. 52.

des em linguagem simples e acessível, não se dirigindo portanto a público de gosto mais requintado. Na verdade, as restrições que em consciência podem ser feitas à literatura anchietana não abalam a convicção de que o autor, com toda a sua humildade, acrescentou a todos os seus títulos mais importantes este que estamos apontando de figura pioneira e de destaque no âmbito da nossa história literária. Sentiu tudo isto muito bem o escritor e ensaísta Afrânio Peixoto, e assim, em 1923, como Presidente da Academia Brasileira de Letras, ao criar a coleção "Biblioteca de Cultura Nacional", inaugurou-a com o volume intitulado *Primeiras Letras*, que inclui os Cantos de Anchieta num conjunto dos "primeiros documentos propriamente literários do Brasil".

5 – O precursor dos estudos lingüísticos no Brasil

Com o fervor de um grande missionário, desejoso de levar ao conhecimento dos índios a mensagem evangélica e de convertê-los à fé cristã, percebeu logo o Padre Anchieta, sabendo das experiências anteriores de alguns dos seus companheiros que chegaram antes dele ao Brasil, ser necessário o domínio das línguas indígenas mais usadas nas regiões em que desenvolviam o seu trabalho catequético, para mais seguramente atingirem os missionários seus objetivos de comunicação com os grupos indígenas. Anchieta, com a sua inteligência privilegiada, a boa formação cultural que tivera em Coimbra, falando e escrevendo em latim quando necessário, e ainda dotado de forte inclinação para os estudos lingüísticos, em pouco tempo conseguiu assenhorear-se dos mistérios da língua mais falada na costa do Brasil, a língua tupi, a exemplo de outros integrantes do grupo a que pertencia, como os padres Aspilcueta Navarro, Luís da Grã, Pero Correia, Antônio Rodrigues e alguns outros. Sem demora elaborou esquemas para escrever uma gramática da mesma, o que mais uma vez prodigiosamente realizou em poucos anos. Essa *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, que todavia só no ano de 1595 viria a ser publicada em Coimbra, desde 1556 já passara a circular em cópias manuscritas entre os missionários, conforme o relato do Padre Augusto Magne, S. J., que a reeditou em fac-símile no ano de 1946, dizendo no prefácio:

A *Gramática* de Anchieta foi a cartilha dos primeiros evangelizadores de nossa Pátria.

Ainda manuscrita, já em 1556, servia de texto para o ensino do tupi no Colégio da Bahia. Em 1560, o Padre Luís da Grã tornava obrigatório o seu estudo, sendo ele mesmo professor.

Em 1592, pediu-se licença para imprimir o opúsculo, mas a impressão só veio a realizar-se em 1595.

Nesse mesmo prefácio informa o Padre Magne que a segunda edição só saiu em 1874, impressa em Leipzig pelo editor Júlio Platzmann, juntamente com a

sua tradução para o alemão em separado; que dois anos depois – em 1876 portanto – o "sábio editor" daria a lume uma edição fac-similar da *Gramática*; e que em 1933 a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, "aproveitando as chapas da edição estereotipada que Platzmann lhe doara", publicou a quarta edição. A do Padre Magne é, por conseguinte, a quinta edição dessa obra que tão grande influência exerceu na ação missionária jesuítica.²³

A demora na publicação da *Gramática* é assim interpretada pelo ilustre tupinólogo Frederico Edelweiss:

o escrúpulo dos nossos jesuítas em questões de linguagem tupi foi tão pronunciado, que, só depois de quarenta anos de estudos e de convivência diária com os índios, de repetidos confrontos e retoques das notas dos mais capazes, eles se atreveram a dar à estampa as suas primícias em língua tupi.²⁴

A língua indígena que Anchieta fixou de modo particular na *Gramática* e nos escritos em que a ela recorreu (como em cartas e em peças teatrais de sua autoria) é a que tem recebido de lingüistas e tupinólogos atuais (como o Padre Lemos Barbosa, Frederico Edelweiss, Aryon Dall'Igna Rodrigues e outros) a classificação de "tupi antigo", língua cujo largo uso no tempo da colonização se estendeu do século XVI ao século XVIII. Como língua morta, o que podemos saber dela é por via documental, portanto através de uma reconstituição filológica (isto é, através dos textos bem apurados). Com toda a razão afirmou Lemos Barbosa:

Língua vulgar, prevalente nos primeiros tempos da Colônia, falada na catequese e nas bandeiras, instrumento das conquistas espirituais e territoriais da nossa história, o seu conhecimento, sequer superficial, faz parte da cultura nacional. Adotada como língua "geral" ou "comum" por índios de outros grupos étnicos e lingüísticos, pelos próprios portugueses e, ao que parece, até por muitos negros, tornou-se laço de união entre os vários povos que formaram o Brasil, e destarte contribuiu para fortalecer, na América Portuguesa, aquela unidade política que faltou à América Espanhola. De sua antiga preponderância são vestígios os nomes geográficos que semeiam o território nacional e os milhares de palavras incorporadas ao léxico brasileiro.²⁵

Tais palavras por si sós atestam a extraordinária importância da *Gramática* de Anchieta como pioneira da revelação dos mistérios do tupi antigo

23 Cf. *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, edição fac-similar, prefácio do Padre Augusto Magne, S. J., São Paulo, Editora Anchieta, 1946.

24 Cf. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis*, Rio de Janeiro, Brasiliense Editora, 1969, p. 41.

25 Cf. *Curso de Tupi Antigo: Gramática, Exercícios, Textos*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956, p.9.

a quantos naquela época desejavam dominar essa língua como instrumento de comunicação no dia-a-dia, e a quantos no correr dos tempos até os dias de hoje se têm interessado pelos estudos das línguas e das culturas indígenas do Brasil. O mesmo Lemos Barbosa, aliás, é que nos adverte que o seu *Curso de Tupi Antigo* " não é senão a sistematização de quanto nos legaram os antigos gramáticos" ²⁶, entre os quais em primeiro lugar o Padre Anchieta.

Nas últimas décadas do século XX, depois que – com justa razão – alguns institutos de alto nível científico passaram a cuidar da preservação das línguas dos grupos indígenas que ainda existem no Brasil, surgiu o equívoco de depreciar o que fizeram os primeiros jesuítas tão custosamente, para apoio ao seu trabalho de catequese. É uma depreciação que absurdamente põe em confronto os métodos rigorosos da ciência lingüística hodierna com o precário método usado no século XVI por Anchieta e outros companheiros. Felizmente, levantaram-se desde logo as vozes autorizadas de dois grandes tupinólogos dos nossos dias, o Padre Lemos Barbosa (o autor do *Curso de Tupi Antigo*) e o professor Frederico G. Edelweiss (o autor de *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis*), para comprovar a leviandade com que a falsa ciência estabelece comparações infundadas e assume ares de condenação a tanta coisa que no passado se fez com a maior seriedade e o rigor possível aos que abriam caminhos inteiramente novos de investigações histórico-culturais.

As duas críticas mais comuns dirigidas aos jesuítas – em destaque à figura de Anchieta – são as de que tiveram a preocupação de "criar" uma língua artificial (ou "língua geral") que seria uma mescla dos traços de vários dialetos de grupos indígenas na costa do Brasil, e de que subordinaram a sua descrição lingüística ao modelo da gramática latina. Demonstra Lemos Barbosa²⁷ que a primeira dessas críticas é inteiramente infundada; e que a segunda, conquanto verdadeira, nada tem de estranhável, pois assim procederam muitos gramáticos da época ou de épocas posteriores, tratando de outras línguas de povos "civilizados", pois não conheciam a exigência da lingüística moderna e contemporânea segundo a qual cada língua deve ser encarada e sistematizada em sua individualidade própria. Disse-o muito bem Frederico Edelweiss:

Outro ponto dificilmente contestável é a presença da gramática latina no espírito dos tupinistas inicianos em suas elucubrações lingüísticas.

Entretanto, concluir daí que a *estrutura* latina era por eles considerada o modelo e que, para melhorar o tupi, o disciplinaram pela gramática latina,

26 Op. cit., p. 12.

27 Op. cit., p. 22.

é ultrapassar os limites. É uma afirmação não apenas impossível de provar, mas ilógica, porque tais alterações dificultariam grandemente a evangelização, somando, para gente bronca, o abstruso de concepções religiosas, tão diferentes, à sua transmissão em linguagem desajustada com a dos índios. A história mostra que o jesuíta não anularia grande parte do seu esforço pela falta de adaptação lingüística adequada. Ao contrário, esse preparo, segundo a declaração expressa de Antônio Vieira, foi sempre exigência primordial entre os jesuítas, ao ponto de sobreporem, para os missionários, o conhecimento do tupi ao do latim desde o tempo de Nóbrega e de admitirem de preferência elementos conhecedores do tupi, por haverem convivido com os índios.²⁸

Na impossibilidade, pelos limites do presente artigo, de nos estendermos em outras considerações, inclusive mencionando os nomes dos principais críticos dos estudos lingüísticos empreendidos pelos primeiros jesuítas, recomendamos vivamente aos nossos leitores a leitura dos citados trabalhos fundamentais dos tupinólogos Padre A. Lemos Barbosa e Frederico G. Edelweiss (*Curso de Tupi Antigo* e *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis*, respectivamente), onde poderão encontrar informações e lúcidos comentários que não deixam a menor dúvida sobre o alto significado da *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, obra que confere ao autor o título de precursor da valorização dos estudos lingüísticos no Brasil e justifica a escolha o seu nome como Patrono da Cadeira Número 1 da Academia Brasileira de Filologia. Da *Gramática* existe a já citada reedição recente como 11º volume das Obras Completas de Anchieta, que muito favorece o conhecimento da obra, com uma "Apresentação" do professor Carlos Drummond, da cadeira de Tupi da Universidade de São Paulo, com o texto original de 1595 reproduzido fac-similarmente, e vários aditamentos do Padre Armando Cardoso, S. J. ("História da *Arte da Gramática*, narrada pelos contemporâneos", "A folha autógrafa da *Arte da Gramática*", "Leitura da *Arte da Gramática* mais atualizada para os não iniciados" e "Índice analítico da *Arte da Gramática*"). Na "Apresentação", o tupinólogo Carlos Drummond relaciona e dá as características principais de todas as seis edições integrais anteriores (1595 / 1874 / 1876 / 1933 / 1946 / 1980), e, opondo-se à crítica de subordinação servil ao modelo da gramática latina no trabalho de Anchieta, depois de citar em apoio às suas próprias contestações os pareceres judiciosos de Frederico G. Edelweiss, de Edith Pimentel Pinto, então integrante do quadro docente da USP, e do tupinólogo J. J. Philipson, observa:

28 Op. cit., p. 43.

Aos acusadores de Anchieta, como tendo subordinado sua *Arte* à gramática latina, uma leitura desapassionada dos diversos capítulos que a compõem mostrará quanto de insustentável têm muitas das assertivas feitas ao trabalho do renomado jesuíta

Enfim, conforme já disse Philipson, somos também de opinião que a *Arte* de Anchieta resiste a todas as críticas, subsistindo a todas as opiniões divergentes e contrárias, desde que se leve em conta, para isso, o momento histórico de sua elaboração.

Para concluir, indicamos mais – aos que desejam aprofundar o conhecimento das questões relativas às línguas indígenas no século XVI e do que representou a atuação de Anchieta como um dos precursores dos nossos estudos lingüísticos e autor da *Arte da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil* – pelo menos três outros importantes trabalhos que vieram trazer outros dados de análise crítica aos já citados até agora: o capítulo "Sobre a Língua Geral" que o professor e lingüista Sílvio Elia acrescentou como apêndice ao livro *A Unidade Lingüística do Brasil (Condicionamentos Geoeconômicos)*²⁹, em que são inclusive comentadas as idéias do lingüista J. Mattoso Câmara Júnior expostas na sua *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*³⁰; o tópico sobre a gramática de Anchieta no livro da professora Maria Leonor Carvalhão Buescu *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*³¹; e o artigo sobre "Os Jesuítas e Suas Atividades Lingüísticas no Brasil" do professor José Rogério Fontenele Bessa publicado na *Revista de Letras da Universidade Federal do Ceará*³².

29 Rio de Janeiro, Padrão - Livraria Editora, 1979, p.175-218.

30 2ª edição, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1965.

31 Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 70-75.

32 Cf. vol. 16, nº 1-2, jan.-dez. 1994, p. 5-22.